PG 132/79

Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

CE 41/79

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NESTA CIDADE

SENHOR PRESIDENTE.

O vereador abaixo-assinado, solicita após ouvido o plenário, que seja encaminhado a S. Excia. o Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, a seguinte reivindicação:

- QUE ATRAVÉS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E TODOS OS ÓRGÃOS DIRETA OU INDIRETAMENTE NELA VINCULADOS, SE ESTUDE A POSSIBILIDADE, DE DIFUNDIR E INCREMENTAR JUNTO AOS AGRICULTORES, TÉCNICAS NATURAIS DE COMBATE ÀS INFESTAÇÕES DAS LAVOURAS DE NOSSO ESTADO.

JUSTIFICATIVAS:

Evidenciado o momento ecológico que suscita grandes discussões na maioria dos países em fase de desenvolvimento e principalmente nos desenvolvidos, o Brasil, também inserido em tal contexto, preocupa-se com os seus ecossistemas.

É notório, que nos últimos anos o meio-ambiente tem sofrido sérios revezes em nosso país, quer pela ocupação de modo irracional que se processa na grande Amazônia e mesmo pelo despejo de milhões de toneladas de detritos industriais, em grandes áreas onde opera a indústria dinâmica.

A introdução da cultura da soja, caracterizada em nosso estado como uma monocultura, tem contribuído decisivamente para o desmatamento do Rio Grande do Sul.E tudo isto sob a influência do mercado exógeno que avilta sua cotação.Assistimos, pois, de braços cruzados a expansão da referida cultura, que, quer me parecer, está liquidando com o poderio agrícola do Rio Grande do Sul.

Mas não será este o assunto que me levará à tribuna no dia de hoje, embora, diga-se de passagem, é de capital importância pa-

Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

ra o futuro agrícola do Estado.O tema hoje é ecologia, e como vereador interioramo, tenho assistido há alguns anos atrás, as instituições financeiras e mesmo as cooperativas só financiarem sementes e demais insumos, mediante aquisição obrigatória de inseticidas de alto poder de destruição.Mas o pior não é isto, pois além da aquisição obrigatória, não se transmitia instruções nenhuma para o agricultor, principalmente o minifundiário, que ingenuamente estava e continua arriscando sua própria vida.E, se, inicialmente, com pequenas doses se exterminavam as infestações nas lavouras, hoje, com o grau de resistência adquirido, se torna necessária a aplicação em grande escala de tais defensivos.

Eu não saberia precisar, se devemos "controlar as vendas" ou "controlar o uso" de tais insumos, medida que os órgãos governamentais vinculados ao setor podem estudar.Analisado sob o prisma econômico, inicialmente, querer controlar as vendas, parece ser impraticável.Mas os órgãos técnicos como a Secretaria da Agricultura, a Emater e mesmo os sindicatos em ação conjuntiva com as Cooperativas, poderiam, através de orientação superior, racionalizar o uso de tais insumos.

- Quem de nós, gaúchos e brasileiros, não sabe, que a flora e a fauna micro-biótica está sendo sistematicamente arrasada pelo uso desordenado de inseticidas?

- Quem não sabe que as nossas aves, abelhas e outras espécies de animais e peixes estão sendo dizimados em decorrência de tal fato?

- E todo este desequilíbrio verificado no meio-ambiente, quer através do comportamento das estações do ano, dos longos períodos de estiagem, das grandes inundações, não teria como causa principal ou secundária, a ação do homem sobre a natureza?

- Quando é que nós, acima de tudo brasileiros, vamos nos conscientizar de que alguma coisa deve ser feita para refrear nossa autodestruição?

Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

Enquanto, sabidamente, países mais desenvolvidos, para o controle de pragas e moléstias, usam e difundem técnicas naturais de combate, por que nós não fazemos o mesmo?

Por que os órgãos técnicos através das centenas de técnicos especializados no assunto, não transmitem aos agricultores os métodos de combate natural contra pragas e moléstias, indiscutivelmente fáceis de se realizar e de mínimo custo?

Creio que só assim, evitaremos uma catástrofe maior, ou desarticulação total do meio-ambiente.Poderá com isto o Rio Grande libertar-se da monocultura e partir para a diversificação, amenizando por outro lado o custo de produção.Proporcionaríamos, principalmente ao minifundiário, melhores condições e ao latifundiário, com maior segurança, a expansão do seu investimento no setor primário.Ganharia pois o agricultor e ganha também o estado.

É baseado nisto, que sugiro à Secretaria da Agricultura, através do novo governo, que reestude a maneira de evitar, impedir, proibir, o uso desordenado dos inseticidas e que em seus programas dê prioridades, através da assistência técnica, à divulgação e uso de técnicas naturais de combate, mesmo que isto restrinja em parte a venda de tais produtos químicos àqueles que direta ou indiretamente envolvem-se no comércio.

Pois, creio, com convicção e firmemente, que podemos remediar um mal que se propaga e ameaça assumir proporções irreversíveis.

Erexim, 28 de Março de 1979.

PEDRO LORENZI
Vereador.

APROVADO
EM 30 10 79